



Planejamento permacultural e a cultura japonesa do Oeste Paulista: A experiência da Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente (ACAE)

Permaculture Planning and Japanese Culture of Western São Paulo: The Experience of the Cultural Agricultural Sports Association of Presidente Prudente (ACAE)

Planificación Permacultural y la Cultura Japonesa del Oeste Paulista: La experiencia de la Asociación Cultural Agrícola Deportiva de Presidente Prudente (ACAE)

Patrícia Inague

Mestranda no PPGG-MP, Universidade Estadual Paulista/FCT UNESP
patricia.inague@unesp.br

Letícia Aparecida de Paiva

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista/FCT UNESP
la.paiva@unesp.br

Fernando Sérgio Okimoto

Professor Doutor, Universidade Estadual Paulista/FCT UNESP
fs.okimoto@unesp.br



RESUMO

Este artigo explora o planejamento permacultural como uma ferramenta alternativa para a restauração, preservação e divulgação da cultura japonesa, focando no desenvolvimento de um masterplan para a entidade japonesa ACAE. O estudo utiliza a metodologia proposta por Ferreira, Okimoto e Paiva (2024) para elaborar um plano abrangente que integra os três pilares fundamentais da ACAE: cultura, agricultura e esporte. Através da aplicação desta metodologia, foi possível desenvolver um masterplan que atende às necessidades dos diversos usuários do clube, criando usos e ambientes que promovam a restauração ecológica, a preservação das tradições culturais e a divulgação da cultura nipônica. O planejamento permacultural proposto não apenas valoriza os aspectos tradicionais e contemporâneos da cultura japonesa, mas também oferece um modelo sustentável que pode ser replicado em outras comunidades. Os resultados demonstram que a integração de práticas permaculturais no planejamento de espaços culturais pode oferecer benefícios significativos, tanto para a comunidade local quanto para a preservação de heranças culturais. Este estudo contribui para o campo da permacultura aplicada à cultura e destaca a importância de abordagens integradas para o desenvolvimento sustentável de espaços comunitários.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura japonesa. Planejamento permacultural. preservação cultural.

SUMMARY

This article explores permacultural planning as an alternative tool for the restoration, preservation, and dissemination of Japanese culture, focusing on the development of a master plan for the Japanese entity ACAE. The study uses the methodology proposed by Ferreira, Okimoto, and Paiva (2024) to elaborate a comprehensive plan that integrates ACAE's three fundamental pillars: culture, agriculture, and sports. Through the application of this methodology, it was possible to develop a master plan that meets the needs of the various users of the club, creating uses and environments that promote ecological restoration, the preservation of cultural traditions, and the dissemination of Nippon culture. The proposed permacultural planning not only values the traditional and contemporary aspects of Japanese culture but also offers a sustainable model that can be replicated in other communities. The results demonstrate that integrating permacultural practices into the planning of cultural spaces can offer significant benefits, both for the local community and for the preservation of cultural heritage. This study contributes to the field of culture-applied permaculture and highlights the importance of integrated approaches for the sustainable development of community spaces.

KEYWORDS: Japanese culture. Permacultural planning. Cultural preservation.

RESUMEN

Este artículo explora la planificación permacultural como una herramienta alternativa para la restauración, preservación y difusión de la cultura japonesa, enfocándose en el desarrollo de un master plan para la entidad japonesa ACAE. El estudio utiliza la metodología propuesta por Ferreira, Okimoto y Paiva (2024) para elaborar un plan integral que integre los tres pilares fundamentales de la ACAE: cultura, agricultura y deporte. A través de la aplicación de esta metodología, fue posible desarrollar un masterplan que atienda las necesidades de los diversos usuarios del club, creando usos y ambientes que promuevan la restauración ecológica, la preservación de las tradiciones culturales y la difusión de la cultura nipona. La planificación permacultural propuesta no solo valora los aspectos tradicionales y contemporáneos de la cultura japonesa, sino que también ofrece un modelo sostenible que puede ser replicado en otras comunidades. Los resultados demuestran que la integración de prácticas permaculturales en la planificación de espacios culturales puede ofrecer beneficios significativos, tanto para la comunidad local como para la preservación del patrimonio cultural. Este estudio contribuye al campo de la permacultura aplicada a la cultura y destaca la importancia de enfoques integrados para el desarrollo sostenible de espacios comunitarios.

PALABRAS CLAVE: Cultura japonesa. Planificación permacultural. Preservación cultural.



1 INTRODUÇÃO

A migração nipônica para o Brasil, iniciada com a chegada do navio Kasato-Maru em 1908, constitui um dos fluxos imigratórios mais significativos do século XX, estabelecendo um intercâmbio cultural profundo entre Brasil e Japão. Este fenômeno demográfico, que se originou com o propósito de suprir a demanda laboral nas lavouras cafeeiras do sudeste brasileiro, progressivamente se expandiu, alcançando áreas como o oeste paulista, notadamente Presidente Prudente. Neste contexto, a Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente (ACAE) emergiu como um pilar para a conservação e promoção da cultura japonesa na região, fundamentando-se em três pilares: cultural, agrícola e esportivo (ACAE, 2020).

Contudo, a entidade enfrenta atualmente um desafio de desequilíbrio identitário, com a preservação cultural e social em declínio, contrastando com a robustez da sua vertente esportiva (MIYAZAKI, 2019). Tal cenário expõe a complexidade da manutenção da herança cultural japonesa em um contexto de assimilação cultural acelerada e transformações socioeconômicas globais (NAKAMURA, 2021). A questão premente é, portanto, a formulação de estratégias eficazes para a revitalização da ACAE, que contemplem a retomada e preservação dos elementos culturais e sociais em consonância com sua identidade esportiva já consolidada.

Entretanto, constatou-se que os primeiros grupos de imigrantes japoneses no Brasil enfrentaram uma necessidade urgente de adaptação à realidade local, por meio do trabalho e do hibridismo cultural. Com o passar do tempo, o distanciamento entre as referências culturais e seus descendentes gerou um desafio adicional: preservar a cultura e o patrimônio japonês, que gradualmente se diluiu (KOBE, 2008).

De acordo com Vianna (2008), embora as questões de identidade e integração social sejam relevantes para o processo migratório, a imigração japonesa apresenta aspectos específicos e mais complexos. Os nikkeis não se encaixam completamente no “padrão de identidade cultural dominante”. A cientista social Adriana de Oliveira também destaca a exclusão identitária desses descendentes, relacionando-a com as particularidades da construção do imaginário e da identidade nacional pelos brasileiros.

A partir disso, a permacultura apresenta-se como um paradigma de planejamento inovador e sustentável para o enfrentamento desta problemática.

1.1 Permacultura

Fundamentada nos princípios de ética ambiental, cuidado com as pessoas e repartição justa, a metodologia permacultural oferece uma abordagem sistêmica para o redesenho dos espaços, promovendo a sinergia entre as práticas agrícolas sustentáveis, atividades culturais e desportivas (MOLLISON; HOLMGREN, 1978). Essa abordagem, segundo os autores, tem como objetivo integrar princípios da ecologia, agricultura sustentável, design de paisagens e práticas sociais. O propósito é desenvolver sistemas que sejam ecologicamente harmoniosos e economicamente viáveis. A implementação dessa abordagem não se limita à revitalização física do espaço, busca também reestruturar as dinâmicas comunitárias, com foco na sustentabilidade cultural, social e ambiental.



A abordagem permacultural oferece a oportunidade de preservar a identidade cultural japonesa, ao mesmo tempo em que inova em práticas sustentáveis e integrativas, contribuindo diretamente para a conservação da cultura, harmonizando as tradições com essas práticas, e para o enriquecimento da diversidade cultural brasileira. Além disso, a ACAE pode se tornar um ponto de encontro para uma cultura sustentável, demonstrando a possibilidade de manter a identidade em um mundo de constante mudança, por meio da adoção de práticas que são ecologicamente saudáveis, economicamente viáveis e socialmente justas.

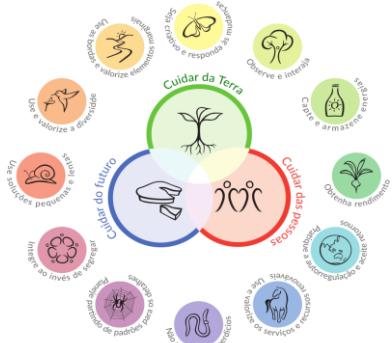
Para isso, a aplicação da permacultura na ACAE requer uma análise detalhada dos sistemas existentes e a identificação de intervenções que possam promover ciclos fechados de recursos, biodiversidade e interações sociais positivas (OKIMOTO, 2021). Isso inclui desde a gestão de resíduos e água até o design de espaços que fomentem a interação comunitária e a expressão cultural. Por exemplo, a criação de jardins comestíveis e áreas de lazer que refletem a estética tradicional japonesa, ao mesmo tempo em que se utilizam práticas permaculturais, pode servir como um ponto de encontro e aprendizado para todas as gerações.

Conceitualizando, a permacultura trata-se de uma concepção de design sistêmico, elaborada por Mollison e Holmgren (1978), que visa à criação de sistemas humanos sustentáveis e integrados que reproduzam a eficiência e a diversidade dos ecossistemas naturais. Os autores fundamentam o conceito nos princípios éticos de cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e partilha justa, destacando a importância da construção de habitats humanos que sejam ecologicamente harmoniosos e economicamente viáveis. Através do uso de práticas regenerativas, o planejamento permacultural visa não apenas evitar mais danos ao ambiente, mas também restaurar ecossistemas naturais (e culturais, adição dos autores) previamente degradados.

O planejamento permacultural possibilita uma estruturação eficiente da produção urbana, das edificações e dos espaços urbanos. Além disso, ele influencia o consumo diário nas cidades, tornando-o menos oneroso, menos impactante e mais fraterno. Essa abordagem considera os processos naturais do espaço e se baseia nas necessidades, potenciais e limitações das pessoas (OKIMOTO, 2021).

Para isto, Okimoto (2021) destaca 12 princípios (figura 1) metodológicos fundamentais do modelo permacultural que orientam metas e estratégias para uma implantação eficiente, os princípios são: I – Observe e interaja, II – Capte e armazene energia, III – Obtenha rendimento, IV – Pratique a autorregulação e aceite feedback, V – Use e valorize os serviços e recursos renováveis, VI – Não produzir desperdícios, VII - Projetar partindo dos padrões para chegar aos detalhes, VIII – Integrar e não segregar, IX – Use soluções pequenas e lentas, X – Use e valorize a diversidade, XI – Use as bordas e valorize os elementos marginais e XII – Use criativamente e responda às mudanças.

Figura 1 – Éticas e princípios da permacultura



Fonte: <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>

Compreende-se, também, que a permacultura se complementa com conceitos fundamentais que exercem influência na produção de cidades mais sustentáveis e resilientes (OKIMOTO, 2021). Dentre esses conceitos, destacam-se a agroecologia e a bioconstrução, que serão apresentados a seguir.

1.2 Secantes entre Agroecologia Sintrópica e Permacultura

A agroecologia sintrópica, conforme descrita por Gregio (2020), propõe um paradigma de cultivo que simula a dinâmica dos ecossistemas florestais nativos. Seu objetivo é aprender com a natureza e utilizar esses princípios na produção de alimentos. Essa abordagem enfatiza a experimentação, a observação e o conhecimento sobre os ecossistemas locais e as espécies nativas relevantes.

O método da agroecologia sintrópica se baseia na sucessão ecológica e na sinergia entre espécies. Ele integra uma diversidade de culturas, promovendo apoio mútuo entre elas, reduzindo a necessidade de intervenções químicas e otimiza a resiliência e produtividade do sistema. Portanto, esse sistema exemplifica a possibilidade de adotar novas formas de cultivo e manejo, como alternativas à agricultura convencional (GREGIO, 2020).

De acordo com a perspectiva de Gliessman et al. (2006), a agroecologia transcende a mera atividade econômica voltada para o rendimento. Ela abrange uma visão mais ampla, considerando a interação entre os sistemas agrícolas, o meio ambiente e as comunidades locais, visando contribuir com o equilíbrio ambiental. Além disso, a agroecologia fornece ferramentas analíticas para compreender essas relações e interações.

Okimoto (2021) defende que a agroecologia urbana é compreendida como uma prática agrícola que respeita os processos naturais e os ciclos hidrológicos, levando em consideração os ecossistemas em todas as escalas. Portanto, essa prática agroecológica representa um estado de equilíbrio dinâmico, flexível e sólido a longo prazo, apoiando-se em uma base que promove a sustentabilidade no ecossistema agrícola (GLIESSMAN ET AL., 2006).

A agroecologia oferece, também, o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que equilibra aspectos ambientalmente saudáveis e altamente produtivos, bem como seja socialmente equitativa e economicamente viável. Ao implementar essa abordagem, depara-se com o desafio de otimizar a utilização dos recursos internos que tem a capacidade de reduzir a dependência de insumos externos e estabelece um uso eficiente dos



recursos, contribuindo para a sustentabilidade e o bem-estar dos sistemas (ALTIERI; NICHOLL, 2005).

Ainda, a literatura acadêmica destaca a complementaridade entre a agroecologia sintrópica e a permacultura, evidenciando a convergência de seus objetivos de sustentabilidade, regeneração ecológica e eficiência produtiva. Ambos os sistemas empregam estratégias que fortalecem a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas agrícolas, destacando-se os princípios éticos da permacultura que orientam a agroecologia na adoção de práticas mais produtivas e capazes de recuperar os ecossistemas por meio da regeneração da terra e dos recursos naturais. Essa abordagem visa promover a segurança alimentar e nutricional, bem como a diversidade biológica, resultando em melhoria na produtividade agrícola (MOURA, 2022).

1.3 Bioconstrução

A Construção civil contribuiu significativamente para o desenvolvimento das sociedades, inicialmente utilizando-se de recursos e materiais locais e, conforme a expansão da industrialização, outras formas de construção foram se disseminando. Esse é o setor responsável pelos maiores impactos ambientais e sociais do ponto de vista do consumo de matéria-prima, usinagem, geração de resíduos e, mas também pelas grandes obras de infraestrutura e crescimento econômico (ALVES, 2021).

A bioconstrução, previamente associada às tecnologias de construção que empregavam materiais naturais e técnicas artesanais, é uma abordagem que busca minimizar o impacto ambiental negativo associado à construção e à materialização dos espaços, responsáveis por uma parcela significativa das emissões globais de CO₂. Para isso, concentra-se em utilizar materiais que contribuem para a sustentabilidade, mitigando os danos ao meio ambiente e promovendo maior eficiência nas construções (OKIMOTO, 2021). Além de reduzir os impactos ambientais, a bioconstrução, conforme apontado por Brandão et al. (2009), oferece alternativas de construção de menor custo, com ênfase no uso de tecnologias eficientes e matérias-primas locais ou recicláveis. Além disso, Alves (2021) destaca que o desenvolvimento de técnicas construtivas baseadas em materiais reutilizáveis e de baixo custo contribui para a redução do déficit habitacional e atenua o impacto causado pelo processo acelerado de urbanização. Ainda, se trata de um conceito que abrange as dimensões ambiental, econômica e social dos espaços construídos e visa otimizar o desempenho financeiro, ambiental, técnico, físico e social e operacional com foco na eficiência dos sistemas (OKIMOTO, 2021). A bioconstrução tem como objetivo capacitar as comunidades com ferramentas e conhecimentos para construir de forma que atenda aos seguintes critérios (ALVES, 2021).

1. Conforto: As edificações devem proporcionar conforto térmico, acústico e luminoso aos ocupantes, considerando suas necessidades e bem-estar.
2. Eficiência Energética: A construção deve ser projetada para minimizar o consumo de energia, seja por meio de isolamento térmico, uso de materiais adequados ou sistemas de ventilação natural.
3. Segurança: A segurança estrutural e funcional das edificações é fundamental. Isso inclui a resistência a cargas, ventos, terremotos e outros riscos.



4. Integração ao Meio Ambiente: A bioconstrução busca harmonizar as edificações com o entorno natural, considerando a paisagem, a vegetação e a topografia.
5. Acessibilidade e Democracia: A construção deve ser acessível a todos, independentemente de sua renda ou status social. A abordagem democrática visa garantir que todos tenham acesso a moradias dignas e sustentáveis.

Desse modo, verifica-se que a bioconstrução não implica na rejeição do sistema convencional de construção. Pelo contrário, ela apresenta-se como uma alternativa consciente e sustentável para minimizar o impacto que a construção civil causa no mundo (SILVA & PEREIRA, 2019) de modo que advoga por uma abordagem na qual a construção seja mais acessível, sustentável, eficiente, com custos reduzidos e que promove menor impacto ambiental. Essa perspectiva busca harmonizar as necessidades humanas com a preservação do meio ambiente, promovendo práticas construtivas que beneficiem tanto as gerações presentes quanto as futuras (ALVES, 2021).

1.4 Identidade e engajamento social

Identifica-se nas discussões atuais que a identidade das pessoas com sua cultura tem se tornado cada vez mais relevante, pois esse é um fator determinante para o posicionamento e reconhecimento das pessoas em relação ao território (BERGMANN, 2023). A autora ainda cita que Castells (2018) afirma que as identidades culturais têm diferentes papéis na sociedade, podendo resistir à homogeneização social, preservar tradições e, ao mesmo tempo, estimular mudanças socioculturais.

Nesse sentido, Simonard e Santos (2017) destacam que o ambiente de convívio só passa a ser considerado território - espaço socialmente construído e organizado pelos atores locais (PERES; MÜLLER; VERD, 2006) - quando os usuários passam a se sentir pertencentes desse, estimulando relações sociais e culturais. Ainda, os autores afirmam que o sentimento de pertencimento é capaz de unir pessoas com objetivos comuns e as mídias sociais são consideradas espaços de expressão, principalmente a produção do que os autores chamam de “sentido”, sendo este simbólico, social ou afetivo. Ou seja, as mídias sociais é um possível lugar de comunicação e conexão entre as pessoas, permitindo que estas se sintam acolhidas e pertencentes a espaços físicos e digitais e, a partir disso, apresenta-se como uma oportunidade para preservação cultural.

Além disso, o engajamento social é um fator determinante para que as pessoas se sintam pertencentes a um determinado espaço e preservem a cultura local. A participação no desenvolvimento do lugar torna esse processo mais pertinente, pois Lima, Marinho e Brand (2009) afirmam que a participação da população é a chave para o desenvolvimento local e Peres, Müller e Verd (2006) destacam que o sentimento de pertencimento a um território e a identidade coletiva dependem dos efeitos de proximidade organizacional e cognitiva das redes de pessoas.

Ainda, o desenvolvimento local corresponde a um processo coletivo de melhoramento da qualidade de vida e do bem-estar de uma comunidade ao considerar e respeitar as reais necessidades e demandas locais, além de considerar os aspectos econômicos, sociais,



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 40, 2025

ambientais, culturais e políticos (LIMA; MARINHO; BRAND, 2009). Assim, estamos diante de um método de atuação que enfatiza a proximidade das relações que compartilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura local (PERES; MÜLLER; VERD, 2006).

Ademais, a partir da perspectiva do desenvolvimento local, o conceito de território possibilita uma compreensão da heterogeneidade e complexidade do mundo real, incluindo as características culturais, ambientais e a mobilização dos atores sociais como fator determinante (PERES; MÜLLER; VERD, 2006).

Através de práticas participativas, as comunidades tornam-se capazes de afirmar sua identidade e fortalecer laços sociais. Desse modo, a integração do engajamento social na preservação e restauração da identidade cultural destaca a importância de uma abordagem comunitária e participativa.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi de desenvolver um projeto de revitalização para a Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente (ACAE), incorporando princípios permaculturais, para promover a sustentabilidade, a restauração, preservação e a inovação da identidade cultural japonesa na região, garantindo a integração harmônica das dimensões cultural, agrícola e esportiva da associação.

Para tanto, almejou-se, como objetivos específicos:

Restaurar a Identidade Cultural e Social da ACAE: Implementar programas culturais imersivos e atividades educacionais que ressaltem a rica herança japonesa, reforçando o senso de pertencimento e a transmissão de valores tradicionais entre gerações, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão e a diversidade cultural.

Promover Práticas Agrícolas Sustentáveis: Aplicar técnicas de permacultura na gestão dos espaços agrícolas da ACAE, visando a criação de sistemas alimentares resilientes e ecologicamente equilibrados, que sirvam como modelo de agricultura regenerativa e educação ambiental para a comunidade.

Integrar a Dimensão Esportiva com a Sustentabilidade: Desenvolver infraestruturas e programas esportivos que reflitam os princípios da permacultura e da sustentabilidade, fomentando a prática de esportes em harmonia com o ambiente, e incentivando um estilo de vida ativo e saudável entre os membros da comunidade.

Fomentar a Interação Comunitária e o Engajamento Socioambiental: Projetar e implementar espaços multifuncionais dentro da ACAE que facilitem o encontro, a aprendizagem e o intercâmbio cultural, utilizando o design permacultural para criar áreas que estimulem a participação comunitária, o voluntariado e a conscientização ambiental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho possui dois conjuntos de procedimentos metodológicos diferentes, mas que se completam. O primeiro diz respeito a metodologia da produção do trabalho e o segundo, da metodologia utilizada para a produção do planejamento permacultural propriamente dito.



3.1 Metodologia do Trabalho

No trabalho, foi elaborada uma revisão narrativa dos principais e necessários temas de fundamentação teórica para embasar o entendimento, a análise e a discussão dos resultados.

Foram levantadas referências de artigos de periódicos de alto impacto na área em bases de extrato superior do Qualis e em bases de alto índice de citação.

Posteriormente, foi realizado um levantamento documental nas bases da administração da ACAE. Depois, foram entrevistados alguns membros da diretoria atual, alguns usuários específicos (do beisebol, do Taikô e do Nikkei Fest).

Por fim, foi aplicada a metodologia permacultural indicada por Ferreira, Okimoto e Paiva (2024) para a produção do planejamento propriamente desejado. Tal metodologia está detalhado no item 3.2, a seguir.

3.2 Metodologia da Permacultura

Ferreira, Okimoto e Paiva (2024) salientam a importância de sistematizar os procedimentos metodológicos de planejamento ambientais complexos utilizando cartografias técnicas e sociais para aumentar o conhecimento das problemáticas, dos desejos e dos reais contextos ali presentes e permitir visualizar um número grande de variáveis ambientais e antrópicas presentes em qualquer planejamento, mas particularmente importante em planejamentos ambientais complexos. Os autores ainda afirmam a importância de buscar dados atualizados e precisos, indicando a postura metodológica de buscar dados primários sempre que possível. Resumidamente, indicam as cartografias:

- A. Cartografias Recorte: que delimitam o escopo que contém a problemática e a localiza no espaço geográfico;
- B. Cartografias Demandas: que apresentam as demandas sociais, isto é, dos usuários diretos, obtidas em relações dialógicas e empáticas. Demandas administrativas do lugar, por exemplo, a prefeitura ou outras esferas governamentais e não governamentais. Por fim, outras demandas devem considerar o conhecimento acadêmico e científico atual;
- C. Cartografias Setorização: que mostram todos os elementos de contexto naturais, antrópicos, técnicos, legais, políticos etc;
- D. Cartografias Zoneamento: com as atividades propostas (existentes ou novas) para o lugar, devidamente especializadas com base na eficiência de sua execução. As zonas podem variar de Zona 0 (onde há mais intensidade das atividades) até as Zonas 5 (onde quase não há ou não há atividades possíveis), passando pelas intermediárias Zonas 1, 2, 3 e 4.
- E. Cartografias AU: por fim, apresenta-se os ambientes necessários e os usos deles para suprir as atividades, eficientemente, alinhados com o contexto das cartografias S e às demandas das cartografias D, no limite das cartografias R.

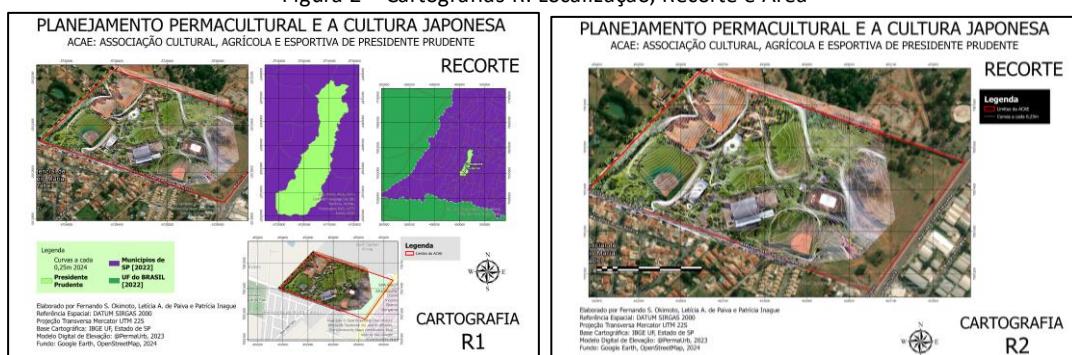
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho alcançou seus objetivos ao planejar a paisagem, as edificações, os ambientes e os elementos paisagísticos em alinhamento com a restauração e a preservação da cultura japonesa tradicional na Associação. Promoveu-se, com este, a inflexão da tendência de descaracterização cultural e desmantelamento social em percurso, em que tem atualmente cerca de 50 sócios, contando os sócios atletas (aqueles que não frequentam outro espaço a não ser o futebol ou outro esporte que pratiquem).

4.1 Cartografias R

A ACAE localiza-se no perímetro urbano do município, em área bem valorizada e alguns loteamentos rodeiam seus limites. Por mais que seja um clube urbano, tem área (cerca de 10 alqueires paulistas ou 242ha) capaz de acomodar práticas agropecuárias como pastagem para gado e grandes quadras e campos para esportes.

Figura 2 – Cartografias R. Localização, Recorte e Área



Fonte: autores

A cartografia R1 apresenta o recorte espacial da ACAE e a cartografia R2 limita a área do clube e apresenta seus principais elementos (figura 2).

4.2 Cartografias D

Foram analisadas as atividades existentes, as interrompidas, as em planejamento e as possíveis para levantar as demandas socioculturais (figura 3).

Visitas ao local foram realizadas e conversas com membros da diretoria sobre os eventos e as demandas administrativas. Foram realizadas conversas com diferentes grupos da ACAE, tais como o grupo de Taikô, os grupos de softbol e beisebol. Alguns usuários não foram procurados como os jogadores de futebol, que alugam esporadicamente os espaços. Outros espaços e atividades não são mais realizadas como o gueitebol, por exemplo, um típico esporte japonês. Foram definidos os seguintes usuários envolvidos: 1. Todos os Sócios; 2. Visitantes; 3. Beisebol; 4. Taikô; 5. Futebol e afins; 6. Nikkei Fest e afins; e 7. Comércio.

Figura 3 – Cartografias D. Demandas dos Usuários Sócios, Beisebol, Taikô e Festas



Fonte: autores

Para os sócios em geral, solicita-se melhorias nas edificações para acomodar as festas, o lazer das piscinas e um espaço para preservar e expor a memória japonesa. Para o beisebol, não há demandas por novos espaços, apenas melhorias nos confortos térmicos e acústico e melhorias na segurança das atividades. Para o grupo de Taikô, é necessário um espaço para os ensaios que produzem muito ruído e sempre estão em conflito com os vizinhos e outros grupos de frequentares. Para o grupo que organiza o Nikkei Fest, seria necessário estacionamentos melhores e uma circulação mais adequada e acessível.

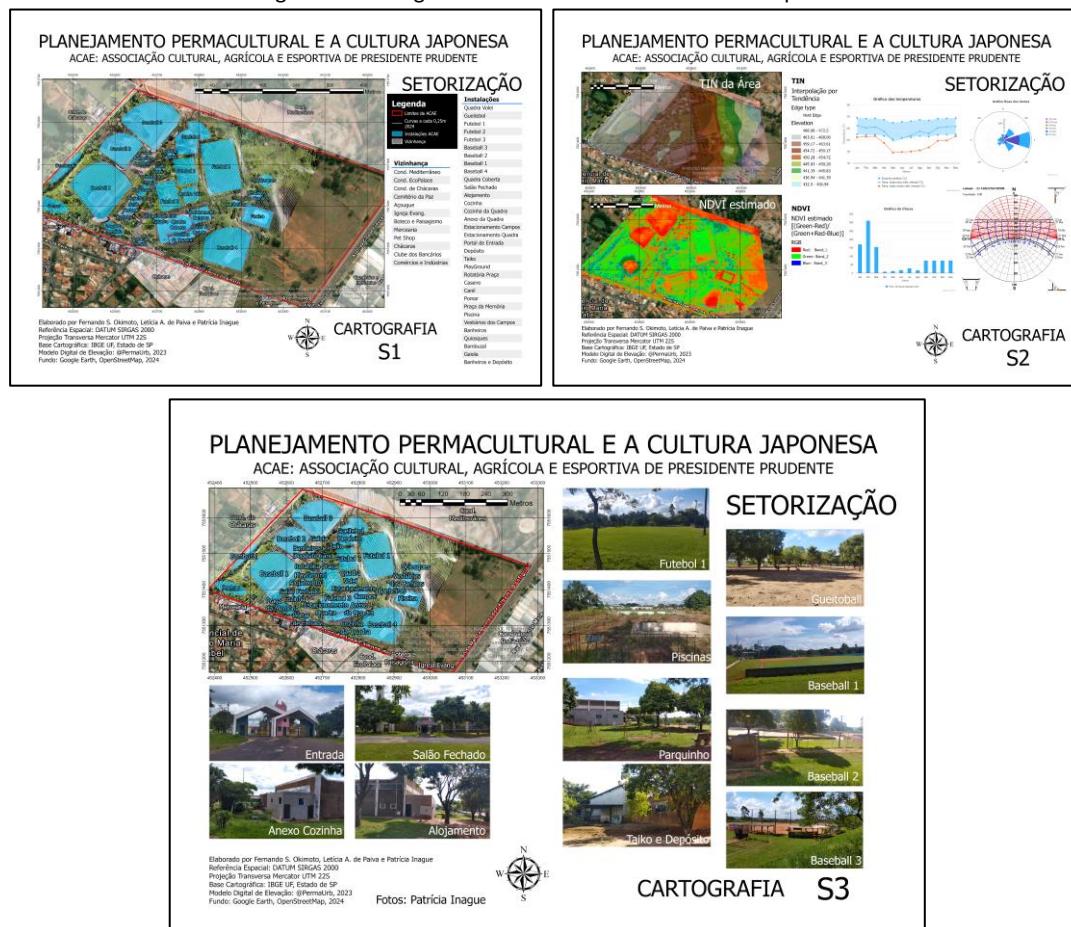
4.3 Cartografias S

Definido os limites de intervenção nas cartografias R e as demandas sociais, administrativas, acadêmicas e científicas nas cartografias D, foi montado uma série de

cartografias S que determinam os contextos físico, ambiental, climático, antrópico e as edificações e ambientes existentes (Cartografia S1 da figura 4).

Um levantamento fotográfico (cartografia S3 da figura 4) foi realizado bem como um mapeamento aéreo com drone DJI mini 2 que permitiu a ortofoto e os modelo digitais de superfície e de terreno para a obtenção das curvas de nível a cada 0,25m e do NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada na Cartografia S2 da figura 4) estimado da ortofoto. Foram levantados os dados climáticos do local como a ventilação e as precipitações mensais, a carta solar e a vizinhança.

Figura 4 – Cartografias S. Contextos - naturais e antrópicos



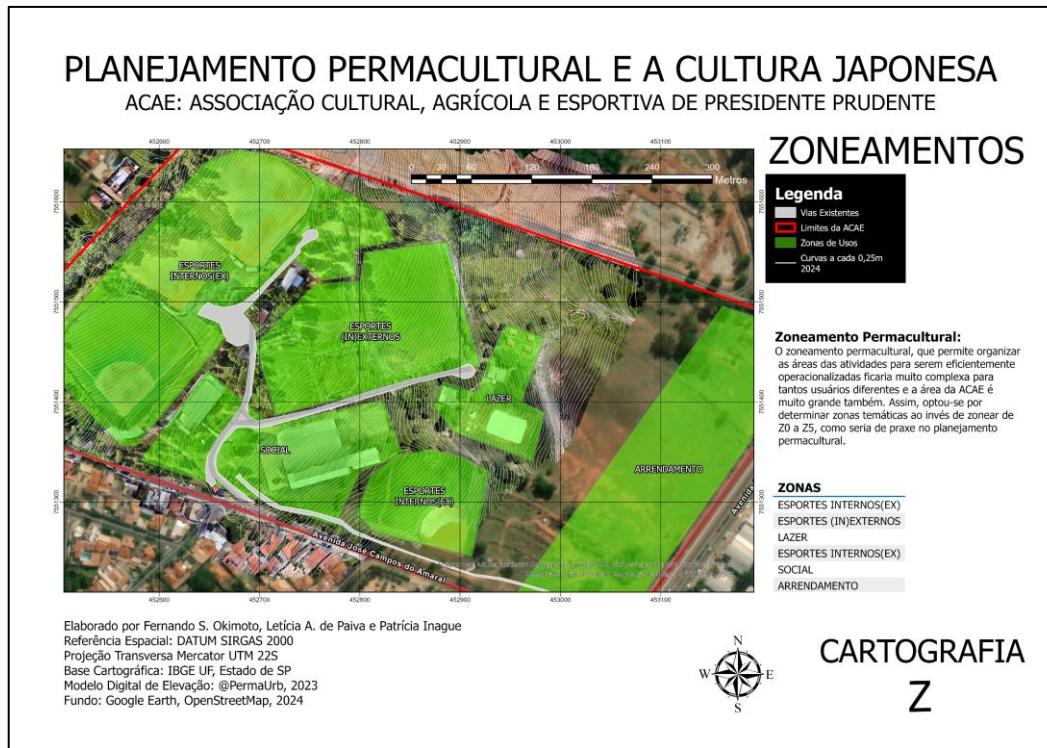
Fonte: autores

4.4 Cartografias Z

Por fim, foram organizadas as atividades existentes e propostas por regiões de modo que as atividades possam ser realizadas o mais eficientemente possível para todos os usuários considerados. Tal eficiência possibilita que as atividades sejam realizadas mais facilmente e sem conflitos. Deveriam ser organizadas zonas de 0 a 5 para cada usuário sendo que as Zonas 0 são as regiões em que eles mais têm atividades e permanecem mais tempo e as Zonas 5 são as áreas em que eles têm menos atividade a exercer. Entretanto, são muitos usuários diferentes e a distribuição das zonas destes seria muito complexa e, assim, optou-se por organizar o espaço da

ACAE em zonas temáticas, em que cada zona temática corresponde a área de atuação de cada usuário (figura 5). No extremo noroeste ficam os campos de beisebol/softbol e todas as estruturas necessárias para essas atividades. Há um campo na região sudeste utilizado apenas quando há campeonatos que exijam os quatro campos simultaneamente. Ao centro, ficam as áreas destinadas aos demais esportes, futebol, voleibol e gueitebol. Ao centro-norte, encontram-se as estruturas de lazer, piscinas, quiosques e afins totalmente abandonados. Ao centro sul, ficam as estruturas sociais, conectadas diretamente ao acesso principal pela avenida José Campos do Amaral. Por fim, no extremo sudeste, há um pasto arrendado para a criação extensiva de gado. Na área nordeste, não se pensou propor usos visto que recentemente foi realizado o loteamento residencial na respectiva vizinhança.

Figura 5 – Cartografias Z. Zoneamento das Atividades



Fonte: autores

4.5 Cartografias AU

Por fim, após delimitar o recorte, definir as demandas, organizar os contextos e a distribuição das atividades, foi elaborado um masterplan (figura 6) com os espaços e as atividades (ambiências e usos) propostos.

Para a restauração do caráter agrícola da cultura japonesa, propôs-se um conjunto de sistemas agroflorestais que também carregam consigo a função de barreiras físicas nas vizinhanças. Alimentos poderão ser produzidos e consumidos nos próprios eventos e pelos usuários. Até mesmo na área nordeste foi proposto tal barreira.

Para os usuários do beisebol e softbol, vestiários próximos são propostos e melhorias nas estruturas de apoio, principalmente relacionadas ao conforto térmico, acústico e à segurança física dos jogadores e torcedores. Um centro de treinamento mais estruturado também foi proposto. Para os demais esportes, a recuperação do campo de gueitebol e de voleibol, bem como os vestiários e banheiros próximos. Para os sócios, a recuperação das atividades e espaços de lazer como piscinas e quiosque trarão mais sociabilização e estruturação cultural. Por fim, para as festas, são propostos estacionamento adequados e melhorias das estruturas existentes. Aberta ao público em geral das festas, propõem-se a criação de um museu da história japonesa e da ACAE ao lado da existente e negligenciada praça da memória. Na face de conexão com a cidade, a avenida José Campos do Amaral deve ser duplicada para facilitar o acesso que se espera aumentar muito e ao mesmo tempo haver o oferecimento de serviços de gastronomia japonesa de modo mais intenso e perene, contribuindo para o caixa da ACAE e para a manutenção e divulgação cultural. Propõe-se, ainda, a criação de aplicativos ACAE para divulgação geral e um aplicativo interno para gerenciar os usuários e seus usos.

Figura 6 – Cartografias AU. Ambiências e Usos – medidas estruturais e não-estruturais



Fonte: autores

5 CONCLUSÕES

O trabalho aqui apresentado constituiu-se em um instrumento de abertura de discussões socioculturais até o presente momento negligenciado ou, talvez, realizado apenas nas esferas da diretoria ou de grupos mais tradicionais da ACAE. Se desejado pelos sócios e



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 40, 2025

usuários, mudanças podem ser levadas adiante, seguindo o masterplan ou pautando-se na ideia de realizar um masterplan mais colaborativo, cooperativo e compartilhado. O planejamento permacultural de assentamentos torna-se, assim, um instrumento efetivo de permanência da cultura de um povo. As ideias ora apresentadas não passam de respostas às análises que precisam ser debatidas e acordadas. Percebeu-se a importância e a urgência em inflexionar o caminho da história para preservar e transmitir aos descendentes e demais grupos sociais, a riqueza da cultura japonesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAE. (2020). Relatório Anual da Associação Cultural Agrícola Esportiva de Presidente Prudente.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. United Nations Environmental Programme, Environmental Training Network for Latin America and the Caribbean, 2005. Disponível em: <<https://www.agroeco.org/doc/agroecology-engl-PNUMA.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ALVES, R. de F. C. **Bioconstrução como alternativa para redução do déficit habitacional e impactos ambientais**. 2021. 49f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2021.

BERGMANN, K. S. de A. G. **Dinâmicas culturais na Barra do Jucu: o papel da identidade e da comunidade nas organizações culturais locais**. 2023. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/1032/1/DISSERTAC%387%C383O%20FINAL%20DE%20KARINA%20SOLAR%20DE%20ALMEIDA%20GOMES%20BERGMANN.pdf>>. Acesso em: 15 abril. 2024.

BRANDÃO, M. G. S.; SILVA, O. J. C.; VASQUEZ, E. G. **Bioconstrução: Aplicabilidade no meio rural como forma de desenvolvimento sustentável e possibilidades de uso no ambiente urbano**. In: SIMPGEU – Simpósio de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Maringá, Brasil. 2009.

FERREIRA, Nemer Ricardo Amaral; OKIMOTO, Fernando Sérgio; PAIVA, Letícia Aparecida de. Permacultura e geotecnologias para o planejamento socioambiental urbano: parque do povo de presidente prudente/sp. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S.L.], v. 12, n. 34, p. 127-143, 19 jul. 2024. ANAP - Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista. <http://dx.doi.org/10.17271/23178604123420245077>.

GLIESSMAN, S., ROSADO-MAY, F., GUADARRAMA-ZUGASTI, C., JEDLICKA, J., COHN, A., MÉNDEZ, V., COHEN, R., TRUJILLO, L., BACON, C., & JAFFE, R. (2007). Agroecologia: promovendo uma transição para a sustentabilidade. **Ecosistemas**, 16 (1). Disponível: <<https://www.revistaecosistemas.net/index.php/ecosistemas/article/view/134>>. Acesso: 14 abril. 2024.

GREGIO, J. V. Da degradação à floresta: A Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch e sua aplicação nas Fazendas Olhos D'Água e Santa Teresinha, Piraí do Norte/BA. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 106, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i2.26585. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/26585>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

KOBE, A. P. de A. A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ensaios sobre a Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira**. Brasília: Funag: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 15 - 42.

LIMA, V. R. de; MARINHO, M.; BRAND, A. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 1, n. 3637, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19126>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MIYAZAKI, S. Y. M. **A Economia Política da Política Comercial Japonesa**: das propostas de integração econômica ao Tratado de Parceria do Pacífico (TPP). 2019. Tese - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, University of São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.100.2019.tde-03062019-095236.

MOLLISON, B.; HOLGREM, D. Permaculture One: A Perennial Agricultural System for Human Settlements. 1978.



MOURA, A. J. de O. **Aplicação dos princípios éticos da permacultura aliados à agricultura sintrópica no RN: um estudo de caso.** 2022. 37f. Monografia (Graduação em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

NAKAMURA, A. C.; RANIERI, G. R. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar.** Estudos Avançados 35 (101) -Editora FIOCRUZ, 2021. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.014>.

OKIMOTO, F. S. **PERMACULTURA URBANA: políticas públicas para a produção e para a vivência nas cidades durante e pós-pandemia.** In: BENINI, S. M. et al. (orgs.). Pandemia do Coronavírus: abordagem multidisciplinar. Tupã: Anap, 2021. Cap. 20. p. 235-260. Disponível em: <https://www.estantedaanap.org/product-page/pandemia-do-coronavirus-abordagem-multidisciplinar>. Acesso em: 09 jan. 2024.

PERES, E. L. S; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, Território e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454. 2006.

SILVA, G. K. L. DA; PEREIRA, S. G. **Bioconstrução como alternativa construtiva.** TCC, Curso de Engenharia Civil, UniEvangélica, Anápolis, GO, 60 p. 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8655/1/TCC2%202019_1%20Gabriela%20e%20Samuel.pdf> Acesso em: 15 abril. 2024.

SIMONARD, P.; SANTOS, A. R. V. Identidade, pertencimento e engajamento político nas mídias sociais. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERthesis**, v. 14, n. 3, p. 14–31, 2017.

VIANNA, C. S. S. Um Japão no Brasil: Heranças de 100 Anos De História. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ensaios sobre a Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira.** Brasília: Funag: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 43 - 84.